

EMISSÃO DE ALVARÁ - OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO

**A** Elementos Instrutórios

- Os elementos que instruem o pedido deverão ser organizados pela ordem indicada no presente modelo de instrução.
- O processo deverá ser apresentado obrigatoriamente, em suporte digital conforme o edital da Câmara Municipal de Odemira.
- Este documento faz parte integrante do formulário FOR.DL.013.
- As presentes instruções são meramente indicativas e não dispensam a entrega dos documentos legalmente exigíveis nem a consulta da legislação aplicável.

**01** Seleccione a caixa correspondente ao documento anexado:

- Suporte Digital**
- Declaração de Conformidade do Formato Digital**
- Documentos comprovativos da qualidade de titular** de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação ou da atribuição dos poderes necessários para agir em sua representação, se aplicável
- Documento comprovativo da caução**
- Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho**, nos termos previstos na Lei n.º 100/97, de 13 de setembro, acompanhado de:
  - Comprovativo do pagamento de seguro
  - Termo de Responsabilidade do titular da apólice
- Termo de responsabilidade assinado pelo técnico responsável pela direção técnica da obra**, nos termos do disposto nos artigos 4.º e 7.º da Portaria n.º 216-E/2008, de 3 de Março
  - Declaração de Ordem
  - Assinatura reconhecida nos termos gerais de direito ou assinatura digital qualificada, nomeadamente através do cartão de cidadão
- Declaração de titularidade do certificado de classificação de empreiteiro de obras públicas, do título de registo na atividade ou do certificado de classificação de industrial de construção civil**, a verificar no ato de entrega do alvará com a exibição do original do mesmo
- Livro de obra**, com menção do termo de abertura
- Plano de segurança e saúde**, acompanhado do termo de responsabilidade
- Minuta do contrato de urbanização aprovada**, quando exista
- Planta de síntese da operação de loteamento**
- Descrição pormenorizada dos lotes** com indicação dos artigos matriciais de proveniência
- Atualização da certidão da conservatória do registo predial** anteriormente entregue
- Termo de responsabilidade assinado pelo diretor de fiscalização de obra**, (considerando a definição disposta no artigo 3.º da Lei 31/2009, de 3 de julho, alterada pela lei n.º 40/2015, de 1 de junho) acompanhado de:
  - Declaração válida da associação profissional do diretor de fiscalização de obra
  - Assinatura reconhecida nos termos gerais de direito ou assinatura digital qualificada, nomeadamente através do cartão de cidadão.
- Comprovativo da contratação de seguro** de responsabilidade civil dos técnicos, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho
- Declaração do titular do alvará**
  - Comprovativo de contratação, por vínculo laboral ou de prestação de serviços, por parte da empresa responsável pela execução da obra, de diretor de obra e, quando aplicável, dos técnicos que conduzam a execução dos trabalhos nas diferentes especialidades

Outros elementos que o requerente queira apresentar:

- .....
- .....

Outras informações adicionais:

**B**

### Informação/Consentimento

De acordo com o RGPD, o Município de Odemira enquanto responsável pelo tratamento, informa que os dados recolhidos destinam-se exclusivamente para o fim presente neste formulário.

Os titulares dos dados podem exercer, por escrito, os seus direitos previstos no art. 13º, designadamente: direito de informação, acesso, retificação, apagamento, limitação do tratamento, portabilidade, oposição e de ser informado em caso de violações de segurança.

Para mais informações contacte: [protecao.dados@cm-odemira.pt](mailto:protecao.dados@cm-odemira.pt), Município de Odemira, Praça da República, 7630-139 Odemira, Tel. 283 320 900 ou consulte a política de privacidade em [www.cm-odemira.pt](http://www.cm-odemira.pt).

De acordo com a Lei de Acesso aos Documentos Administrativos, os elementos apresentados no âmbito do presente processo são documentos administrativos, pelo que o Município estará obrigado a garantir o seu acesso, salvaguardando os dados pessoais, a todos aqueles que o solicitarem.

**C**

### Observações